



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13/07/2015**  
(Contém 18 folhas)

**ATA Nº 19**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

**Presidente:**

<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Tânia Cristina Ramos Matos Cruz	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereadores:</b>		



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 13/07/2015**

**ATA Nº 19**

----- Aos treze dias do mês de julho do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Alves Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, João dos Santos Alves, Carlos Manuel Nunes Alegre e Tânia Cristina Ramos Matos Cruz. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Sr. Presidente José Alberto Pacheco Brito Dias, por se encontrar em gozo de férias. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 29 de junho de 2015 foi aprovada por unanimidade. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

**1.1.1 - Festas do Concelho 2015**

----- O Sr. Vice-Presidente informou o restante Executivo, sobre a programação das Festas do Concelho - 2015, que decorrerão nos dias 13, 14, 15 e 16 de agosto, com a realização da XVIII Feira de Artesanato e Gastronomia, bem como dos eventos que decorrerão ao longo do mês, com a animação das Noites de Verão 2015 e a "Seaside Sunset Sessions 2015" . -----



## **MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **1.1.2 - Comissão de Melhoramentos da Póvoa** **- Inauguração da Reconstrução do Fontanário - Convite**

----- Foi presente uma carta da Comissão de Melhoramentos da Póvoa, a formular convite ao Executivo da Câmara Municipal, para a inauguração do Fontanário do Largo Manuel Fernandes, no dia 8 de agosto do corrente ano. -----

#### **1.1.3 - Comissão de Melhoramentos da Póvoa** **- Plano de Ação 2015**

----- Foi presente uma carta da Comissão de Melhoramentos da Póvoa, a remeter o Relatório de Avaliação de 2014 e Plano de ação para 2015, aprovados na reunião de Assembleia Geral de abril, para conhecimento da Câmara Municipal. -----

## **II - PERIODO DA ORDEM DO DIA**

### **2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

#### **2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA**

##### **2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 09 de julho de 2015, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.346.676,71 € (Um milhão trezentos e quarenta e seis mil seiscientos e setenta e seis euros e setenta e um cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 260.012,06 € (duzentos e sessenta mil e doze euros e seis cêntimos), num total de 1.617.244,55 € (um milhão seiscientos e dezassete mil duzentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### **2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA**

##### **2.2.1 - Município de Redondo**

**- Pedido de autorização para colocação de Pendões "Ruas Floridas 2015 em Redondo"**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um e-mail do Município de Redondo, a solicitar autorização para colocação de pendões publicitários na área do Concelho de Pampilhosa da Serra, alusivos ao evento "Ruas Floridas 2015" que aquele Município promove de 1 a 9 de agosto do corrente ano, bem como a isenção das respetivas taxas. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria a emitir parecer sobre o assunto, tendo por base o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade autorizar e isentar das taxas respetivas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.2 - Município de Oleiros**

##### **- Pedido de autorização para colocação de cartazes e pendões publicitários " XVª Feira do Pinhal"**

----- Foi presente um ofício do Município de Oleiros, a solicitar autorização para colocação de cartazes e pendões publicitários na área do Concelho de Pampilhosa da Serra, alusivos à "XVª Feira do Pinhal", que decorrerá entre os dias 5 e 9 de agosto do corrente ano, bem como a isenção das respetivas taxas. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria a emitir parecer sobre o assunto, tendo por base o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade autorizar e isentar das taxas respetivas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.3 - Góis Moto Clube**

##### **- Pedido de autorização para colocação de pendões promocionais "Concentração de motos"**

----- Foi presente um e-mail do Góis Moto Clube, a solicitar autorização para colocação de pendões publicitários na área do Concelho de Pampilhosa da Serra, alusivos ao evento "Concentração de motos", entre os dias 13 e 16 de agosto do corrente ano, bem como a isenção das respetivas taxas. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria a emitir parecer sobre o assunto, tendo por base o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra. -----



## **MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade autorizar e isentar das taxas respetivas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### **2.3 – SERVIÇOS JURÍDICOS**

#### **2.3.1 – Acionamento do Seguro de Caução referente ao Contrato de Cessão de Exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, denominado Bar da Cal**

**- Ratificação de Despacho**

----- Nos termos do n.º 3 do artº 35 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade Ratificar o Despacho do Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao acionamento do Seguro de Caução, referente ao Contrato de Cessão de Exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, denominado Bar da Cal, por incumprimento por parte da cessionária, do disposto na cláusula 13ª do referido Contrato e que se dá por integralmente reproduzido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.2 – Doação dos artigos urbanos inscritos na matriz predial da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob o nº 130 e 2801, descritos na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob os nºs 8919 e 8917, respetivamente.**

----- Na sequência da carta subscrita pela Senhora Lurdes da Conceição Santos Almeida, com o registo de entrada nos serviços da Autarquia nº 2914, de 29 de junho do corrente ano, sobre o assunto supramencionado, o Sr. Vice-Presidente propõe que a Câmara Municipal aceite a presente doação e confira os necessários poderes ao Sr. Presidente da Câmara, para proceder à assinatura da Escritura/Título de Doação, em nome e em representação do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Assim, a Câmara Municipal, após análise e no âmbito das suas competências materiais, ao abrigo do disposto na al. j) do nº 1 do artº 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, deliberou por unanimidade, aceitar a doação dos prédios supra referidos, concedendo poderes ao Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, para assinar a competente Escritura/Título de Doação e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### **2.3.3 - Candidatura ao Arrendamento da Fração C do Pavilhão sito na Zona Industrial da Portela de Unhais**

----- Foi presente um requerimento, subscrito por Lucília Costa Pereira Isidoro, com registo de entrada nº 3119, datado de 9 de julho de 2015, sócia gerente da Sociedade por Quotas "Pereira & Isidoro, Lda" com o NIPC nº 513605258, com sede em Zona Industrial s/n, Portela de Unhais, freguesia de Unhais-o-Velho, concelho de Pampilhosa da Serra, constituída em 6 de julho de 2015. -----

----- A requerente Sociedade "Pereira & Isidoro, Lda", vem apresentar a candidatura ao arrendamento da Fração C, do Pavilhão da Zona Industrial da Portela de Unhais, em que, para o cabal desenvolvimento da sua atividade comercial, necessita de uma área aproximada de 286,50 m2. -----

----- Mais refere que, na presente data, a sociedade não está a exercer qualquer atividade, pretendendo fazê-lo quando conseguir as citadas instalações, uma vez que, o exercício da atividade comercial a que se propõe a sociedade é para a instalação de uma padaria com forno a lenha, churrasqueira e confeção de produtos alimentares, para venda, tipo "Take Away". -----

----- Refere ainda, pretender criar 2 postos de trabalho, incluindo o da sócia gerente.-----

----- Em cumprimento do nº 2 da cláusula Décima Segunda das Normas de Utilização e Arrendamento das frações do Pavilhão da Zona Industrial da Portela de Unhais, a requerente, para uma mais célere apreciação do presente processo de candidatura, em anexo, junta o Cartão de Cidadão e a Certidão Permanente, comprometendo-se a entregar, nos serviços da Autarquia, os demais documentos, eventualmente necessários à instrução do processo. -----

----- A Câmara Municipal, após análise da candidatura/intenção de investimento apresentada, da Informação dos Serviços Jurídicos sobre a mesma, considerando os fatores de ponderação indicados no nº 1 da Cláusula 13ª das citadas Normas e o mérito para o desenvolvimento empresarial do concelho, deliberou por unanimidade adjudicar o arrendamento da fração C do Pavilhão sito na Zona Industrial da Portela de Unhais, da freguesia de Unhais-o-Velho, concelho de Pampilhosa da Serra à sociedade comercial Pereira & Isidoro, Lda. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.4 - Associação Juvenil Trilhos Com\_Sentido** **Pedido de Apoio**

----- Na sequência do pedido de apoio formulado pela Associação Juvenil Trilhos Com\_Sentido, para a realização das atividades lúdico-desportivas, culturais e de



## **MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

animação com vista à ocupação dos tempos livres dos jovens do Concelho, de acordo com o Plano de Atividades para 2015; -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, após consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, conceder um apoio financeiro no montante de 1.080,00 € (mil e oitenta euros) àquela Associação, destinado a apoiar o seu funcionamento, na prossecução das suas atribuições estatutárias. -----

----- Mais deliberou, para o efeito, aprovar a minuta do Protocolo e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.5 - Liga de Melhoramentos da Póvoa da Raposeira**

##### **- Pedido de Apoio**

----- Na sequência do pedido de apoio financeiro, formulado pela Liga de Melhoramentos da Póvoa da Raposeira, destinado à apoiar as despesas de funcionamento do Centro de Convívio daquela localidade. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, após consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, conceder um apoio financeiro no montante de 3.000,00 € (três mil euros) à Liga de Melhoramentos da Póvoa da Raposeira, destinado a apoiar as despesas de funcionamento do Centro de Convívio daquela localidade, na prossecução das suas atribuições estatutárias. -----

----- Mais deliberou, para o efeito, aprovar a minuta do Protocolo e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## **2.4 - RECURSOS HUMANOS**

### **2.4.1 - Proposta de Abertura de Lugar de Chefe de Divisão**

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte Proposta: -----

----- A Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, em sessão ordinária de 24 de abril de 2015, na sequência da proposta da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária de 30 de março de 2015, aprovou a alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, publicado na 2ª série do Diário da República, nº 6, de 9 de janeiro de 2013, com as alterações publicadas na 2ª série do Diário da República nº 134, de 15 de junho de 2014 e nº 99, de 22 de maio de 2015, de forma a criar uma nova unidade orgânica, nos termos dos nºs 4 e 5, do artigo



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

21, da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pelo artigo 165º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro. -----

----- Foi assim criada a Divisão Administrativa e o correspondente Cargo de Dirigente Intermédio de 3º Grau tornando-se indispensável o provimento do respetivo cargo de dirigente, em comissão de serviço, por forma a garantir a sua adequada gestão, coordenação e controlo. -----

----- Assim: -----

----- Propõe-se que seja deliberada a abertura do procedimento concursal para recrutamento e seleção do Chefe de Divisão Administrativa - Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau, nos termos do disposto no artigo 21º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atualizada da Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro, com as adaptações introduzidas pelos artigos 12º e 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto. -----

----- A proposta de composição do júri de seleção a apresentar à Assembleia Municipal é constituído por: -----

----- Presidente: Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra; -----

----- Vogais efetivos: -----

----- Cristina Paula Ventura Antunes, Chefe de Divisão Sócio Cultural e Educativa da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra; -----

----- Sandra Sofia Miguel Chora Custódio, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----

----- Neste concurso serão admitidas as candidaturas dos trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado licenciados em Gestão de Recursos Humanos ou Gestão em outra área integrante da atividade em causa, dotados de capacidade técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam 2 (dois) anos de experiência profissional em funções ou cargos, carreiras e categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível licenciatura. -----

----- O aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)), órgão de imprensa de expansão nacional e na II série do Diário da República. -----

----- A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, dos métodos de seleção e da composição do júri constará da publicitação na Bolsa de Emprego Público. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 3- DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

##### 3.1 - Animação de Praia Fluvial \_Pampilhosa da Serra\_2015\_Pedido de parecer prévio vinculativo

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- "Na sequência das indicações superiores, cumpre-me informar o seguinte: -----

Na sequência das indicações superiores, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- I - Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo: -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015 – LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e posteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: -----

a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; -----

b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica. -----

----- Nas autarquias locais, este parecer é da competência do órgão executivo, nos termos do n.º 12 do mesmo artigo e depende da verificação dos seguintes requisitos: -----

i. Que se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

ii. Aplicação da redução remuneratória, nos casos previstos no n.º do artigo 2º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Dezembro. -----

iii. Confirmação da existência de cabimento orçamental. -----

iv. Importa referir que nos termos do n.º 21 do artigo 75º da mencionada Lei do Orçamento de Estado, são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados em violação do disposto no presente artigo. -----

II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----

Considerando: -----

1) Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015 – LOE 2015); -----

2) Que o n.º 12 do artigo 75º, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações; -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

- 3) De acordo com o disposto no n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da: -----
- a) Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Existência de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 75º. (se aplicável). -----
- 4) O objeto do presente contrato consiste na contratação dos Serviços de Animação de Praia Fluvial\_Pampilhosa da Serra\_2015; -----
- 5) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante; -----
- 6) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços. Aplicação da portaria nº48/2014, de 26 de fevereiro que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro. Estando em causa mera prestação de serviços, ou seja, a satisfação de necessidades que envolvem a execução de trabalho autónomo - sendo que estes, pela sua natureza não podem ser asseguradas mediante uma relação jurídica de emprego público, por quem seja, ou esteja, investido nessa modalidade de vinculação -, não tem sentido algum, nem sequer se afigura lógico, demonstrar a inexistência de pessoal em situação de requalificação. O que é decisivo acautelar é a fundamentação da contratação externa, ou seja, a ausência de subordinação jurídica e a inconveniência da constituição de uma relação jurídica de emprego público, o que se demonstra que está realmente acautelado pela informação do serviço requisitante, no que se reporta à execução de trabalho autónomo e que se mostra inadequado o recurso a tal modalidade de vinculação. Sem prescindir, sempre se dirá que tal poderá mostrar-se irrelevante face ao entendimento da CCDDR-Centro no que se reporta à não aplicabilidade da portaria aqui em apreciação, às autarquias locais, sendo que em virtude de tal entendimento caberá às CIM's a gestão daqueles trabalhadores - o que, diga-se ainda não está regulamentado ; -----
- 7) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----
- 8) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto - Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto - Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

- 9) Que o valor base inicialmente estimado é de 79.891,30 € (setenta e nove mil oitocentos e noventa e um euros e trinta centímetros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----
- 10) Que serão consultadas as seguintes entidades: -----
- a) Pirotecnia Oleirense, Lda, com sede em Pinheiros Novos, 6160-428 Oleiros; -----
  - b) LusoEvents, Produções Multimédia, com sede na Av. Aliança Povo MFA, Parque Tecnológico da Mutela, Gab 202, 2804-537 Almada; -----
  - c) Cenários de Cor, Lda, com sede no Parque de Campismo de Açude Pinto, 6160-303 Oleiros; -----
  - d) Retiros Místicos, Lda, com sede na Rua da Igreja, 32, Terrugem. -----
- 11) Que o valor base da prestação de serviços é de 73.500,00 € (setenta e três mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental; -----
- 12) Que o valor do preço base já contempla a redução remuneratória prevista no n.º1 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro no montante de 8%, dado que o valor correto para o serviço em causa seria de 79.891,30 € (setenta e nove mil oitocentos e noventa e um euros e trinta centímetros), acrescido de IVA. -----

#### III – Da proposta em sentido estrito-----

----- Assim, deverá a presente informação ser remetida ao executivo municipal, por força do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LEO 2015) para emissão de parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referida em epígrafe. -----

----- Mais proponho que a presente proposta seja aprovada em minuta; -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4- DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

##### 4.1 – Emissão de Parecer Prévio Vinculativo para “Fornecimento de Refeições Escolares para os Alunos do 1º Ciclo da EB de Dornelas do Zêzere – Ano Letivo 2015/2016”

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- “Nos termos da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2015, e de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 75º, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de aquisição de serviços nas modalidades de tarefa e avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.-----

----- De acordo com o disposto no n.º 12 do artigo 75º da Lei OE 2015, nas autarquias locais o parecer prévio vinculativo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6 do mesmo artigo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação (previstos no artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro) regulados pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.

#### CONSIDERANDO:

- 1- Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o OE para 2015.-----
- 2- Que o n.º 12 do artigo 75.º do mesmo diploma esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações. ---
- 3- Que de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, o parecer previsto no número anterior depende da: -----
  - a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas; -----
  - b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; -----
  - c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1 (se aplicável).-----
- 4- Que de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 3.º, da Portaria 149/2015, de 26 de maio, a emissão de parecer favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos: -----
  - a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
  - b) Existência de cabimento orçamental; -----
  - c) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável; -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

- d) *Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.*-----
- 5- *Que o objeto do presente contrato consiste no "Fornecimento de Refeições Escolares para os Alunos do 1.º Ciclo da EB de Dornelas do Zêzere-Ano Letivo 2015/2016".*-----
- 6- *Que atendendo à natureza do contrato em apreço, este serviço será desenvolvido sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante.*-----
- 7- *Que o valor base é de 17.747,52 € (dezassete mil setecentos e quarenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, repartido por dois anos (2015-7.077,88 acrescido de IVA; 2016- 10.669,64 acrescido de IVA), estando contemplado no Orçamento Municipal.*-----
- 8- *Que está acautelada a assunção de compromisso plurianual para a contratação de "Fornecimento de Refeições Escolares para os Alunos do 1.º Ciclo da EB de Dornelas do Zêzere-Ano Letivo 2015/2016", dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.*-----
- 9- *Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e legislação subsequente.*-----
- 10- *Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP.*-----
- 11- *Que será consultada a seguinte entidade:*-----  
a) *Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere.*-----
- 12- *Que o disposto no n.º 1 do artigo 75.º da LOE 2015 é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014 e que, no caso concreto, se verificou em 2014 a vigência de contrato com idêntica contraparte, aplicando-se deste modo a redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1,2,3,4,9 e 10 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.*-----
- 13- *Que de acordo com o disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 3.º, da Portaria 149/2015, de 26 de maio, a emissão de parecer favorável depende da verificação da demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.*-----
- 14- *Que no caso concreto, o valor base estimado é de 19.152,00 €, excluído o IVA, calculado a partir do valor unitário de 3,00 € por refeição x o n.º total de 38 alunos previstos x n.º de 168 dias estimados. Ao valor unitário de 3,00 € por refeição, foi aplicada a redução remuneratória de 8%,*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

*fixando-se deste modo o valor base total no montante de 17.747,52 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução dos serviços objeto do contrato a celebrar, refletindo deste modo a redução remuneratória preceituada no n.º 1 do artigo 75.º da Lei OE 2015.*-----

### **NESTES TERMOS PROPÕE-SE:**

- a) *Que a Câmara Municipal delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços para "Fornecimento de Refeições Escolares para os Alunos do 1.º Ciclo da EB de Dornelas do Zêzere-Ano Letivo 2015/2016".*-----
- b) *Que a presente proposta seja aprovada em minuta.*-----

----- *À consideração superior.*-----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### **4.2 - Emissão de Parecer Prévio Vinculativo para "Assessoria de Apoio à Implementação do Programa Estratégico Municipal de Pampilhosa da Serra 2020 e Área de Regeneração Urbana da Vila"**

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- *Nos termos da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2015, e de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 75º, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de aquisição de serviços nas modalidades de tarefa e avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.*-----

----- De acordo com o disposto no n.º 12 do artigo 75º da Lei OE 2015, nas autarquias locais o parecer prévio vinculativo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6 do mesmo artigo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação (previstos no artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro) regulados pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CONSIDERANDO:-----**

- 1 - Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o OE para 2015.-----
- 2- Que o n.º 12 do artigo 75.º do mesmo diploma esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações.-----
  - 3- Que de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, o parecer previsto no número anterior depende da: -----
    - a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas; -----
    - b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; -----
    - c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1 (se aplicável).-----
- 2 Que de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 3.º, da Portaria 149/2015, de 26 de maio, a emissão de parecer favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos:-----
  - e) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;-----
  - f) Existência de cabimento orçamental;-----
  - g) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;-----
  - h) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.-----
- 3 Que o objeto do presente contrato consiste na "Assessoria de Apoio à Implementação do Programa Estratégico Municipal Pampilhosa da Serra 2020 e Área de Regeneração Urbana da Vila".-----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

- 4 Que atendendo à natureza do contrato em apreço, este serviço será desenvolvido sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante.-----
- 5 Que o valor base é de 40.000,00 € (quarenta mil euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, repartido por três anos: 2015-16.850,00 acrescido de IVA; 2016-13.890,00 acrescido de IVA; 2017-9.260,00 acrescido de IVA), estando contemplado no Orçamento Municipal 2015, classificado e cabimentado com a Orgânica 0102, Económica 020214 e GOP 01 111 2015/5051.
- 6 Que está acautelada a assunção de compromisso plurianual para a contratação de "Assessoria de Apoio à Implementação do Programa Estratégico Municipal Pampilhosa da Serra 2020 e Área de Regeneração Urbana da Vila", dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro. -----
- 7 Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e legislação subsequente.-----
- 8 Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP.-----
- 9 Que será consultada a seguinte entidade:-----  
b) SPI Sociedade Portuguesa de Inovação - Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A. -----
- 12- Que o disposto no n.º1 do artigo 75.º da LOE 2015 é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014 e que, no caso concreto, se verificou em 2014 a vigência de contrato com idêntica contraparte, aplicando-se deste modo a redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1,2,3,4,9 e 10 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. -----
- 13- Que de acordo com o disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 3.º, da Portaria 149/2015, de 26 de maio, a emissão de parecer favorável depende da verificação da demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.-----
- 13- Que no caso concreto, ao valor base estimado de 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos euros), excluído o IVA, foi aplicada a redução remuneratória de 8%, fixando-se o valor base no montante de 40.000,00 € (quarenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução dos serviços objeto do contrato a celebrar, refletindo deste modo a redução remuneratória preceituada no n.º 1 do artigo 75.º da Lei OE 2015.* -----

#### **NESTES TERMOS PROPÕE-SE:**

- c) *Que a Câmara Municipal delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços "Assessoria de Apoio à Implementação do Programa Estratégico Municipal Pampilhosa da Serra 2020 e Área de Regeneração Urbana da Vila".*
- d) *Que a presente proposta seja aprovada em minuta.*-----

----- *À consideração superior.*-----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.3 - AÇÃO SOCIAL**

##### **4.3.1 - Proposta de escalão para apreciação de processos da Ação Social Escolar**

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----  
----- *"No seguimento de anos anteriores, venho por este meio remeter proposta de escalão para apreciação dos processos de Ação Social Escolar para o ano de 2015/2016:* -----

- *- Rendimento per capita até 200,00 € - Isenção;* -----
- *- Rendimento per capita entre 200,01 € e 300,00 € - 50%;* -----
- *- Rendimento per capita superior a 300,01 € - Indeferido (salvo algumas situações devidamente fundamentadas).* -----

----- *À consideração superior.*-----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

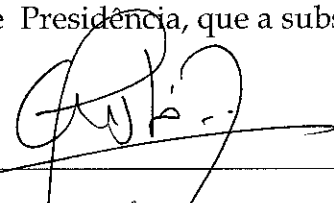
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para consta se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio e por mim, João Manuel Almeida Neves, adjunto do Gabinete Presidência, que a subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
João Manuel Almeida Neves